



**VULNERABILIDADES ÀS DROGAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL –
PARAGUAI – ARGENTINA**

**DRUG VULNERABILITIES IN THE TRIPLE BORDER BRAZIL - PARAGUAY
– ARGENTINA**

**VULNERABILIDADES A LAS DROGAS EN LA TRIPLE FRONTERA BRASIL
- PARAGUAY - ARGENTINA**

Sergio Paulo de Oliveira

Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA. E-mail: prof.sergio2021@hotmail.com.

Gilson Batista de Oliveira

Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA. E-mail: gilson.oliveira@unila.edu.br.

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Sergio Paulo de Oliveira y Gilson Batista de Oliveira (2020): “Vulnerabilidades às drogas na tríplice fronteira Brasil – Paraguai – Argentina”, Revista Caribeña de Ciencias Sociales (diciembre 2020). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/caribe/2020/12/vulnerabilidades-drogas.html>

Resumo

A Tríplice Fronteira Brasil - Paraguai - Argentina, devido à sua estratégica localização geográfica, apresenta vulnerabilidade mais expressiva às consequências do fenômeno das drogas, tais como a maior facilidade de acesso às substâncias psicoativas ilegais por parte de adolescentes, jovens e até mesmo crianças, bem como o aumento da criminalidade: tráfico, homicídios, assaltos, roubos e demais manifestações da violência urbana. Como metodologia, primeiramente, efetuou-se uma revisão da literatura dos seguintes aspectos: interfaces e desafios que se apresentam à sociedade e ao poder público, modelos de enfrentamento às drogas e entrevistas. Como resultado da pesquisa, a presente produção científica ajuda na compreensão da dinâmica transfronteiriça e chama a atenção da sociedade e dos gestores públicos dos três municípios – Foz do Iguaçu/Brasil, Ciudad del Este/Paraguai e Puerto Iguazú/Argentina – de maneira que a questão da drogadição possa ser inserida mais fortemente na agenda das políticas públicas.

Palavras chave: vulnerabilidade, drogas, Tríplice Fronteira.

Abstract

The Triple Brazil-Paraguay-Argentina Border, due to its strategic geographical location, presents the most expressive vulnerability to the consequences of the drug phenomenon, such as the greater ease of access to illegal psychoactive substances by adolescents, young people and even children, as well as as the increase of crime: trafficking, homicides, robberies and other manifestations of urban violence. As a methodology, first, a review of the literature was carried out on the following aspects: interfaces and challenges that are presented to society and the public authorities, models of coping with drugs and interviews. As a result of the research, the current scientific production helps to understand the cross-border dynamics and draws the

attention of society and public managers in the three municipalities - Foz do Iguassu / Brazil, Ciudad del Este / Paraguay and Puerto Iguazu / Argentina - so that the issue of drug addiction can be placed more strongly on the public policy agenda.

Keywords: Triple Border; Vulnerability; Drugs; Traffic; Violence; Public policy.

Resumen

La Triple Frontera Brasil - Paraguay - Argentina, por su ubicación geográfica estratégica, presenta una vulnerabilidad significativa a las consecuencias del fenómeno de las drogas, como una mayor facilidad de acceso a sustancias psicoactivas ilegales por parte de adolescentes, jóvenes e incluso niños, así como el aumento de la delincuencia: tráfico, homicidios, robos, robos y otras manifestaciones de violencia urbana. Como metodología, en primer lugar, se realizó una revisión de la literatura sobre los siguientes aspectos: interfaces y desafíos que se presentan a la sociedad y los poderes públicos, modelos de afrontamiento de las drogas y entrevistas. Como resultado de la investigación, la producción científica actual ayuda a comprender la dinámica transfronteriza y llama la atención de la sociedad y los gestores públicos de las tres ciudades - Foz do Iguazu / Brasil, Ciudad del Este / Paraguay y Puerto Iguazú / Argentina - para que el tema de la drogadicción se puede colocar con más fuerza en la agenda de políticas públicas.

Palabras clave: vulnerabilidad, drogas, Triple Frontera.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo acerca das vulnerabilidades às drogas na região da Trílice Fronteira - Foz do Iguazu/Brasil, Ciudad del Este/Paraguai e Puerto Iguazú/ Argentina - foi construído com base parcial em capítulo da nossa dissertação de mestrado, intitulada “Políticas Públicas sobre Drogas em Foz do Iguazu/PR”, apresentada em junho de 2019, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD). Cabe destacar que, tanto a dissertação quanto esse artigo, utilizou como metodologia, primeiramente, uma revisão da literatura dos seguintes aspectos: interfaces e desafios que se apresentam à sociedade e ao poder público, modelos de enfrentamento às drogas e entrevistas, como pesquisa de campo, descritas e analisadas no tópico 3.

A efetivação da pesquisa de campo para construção da referida dissertação, base desse artigo, se deu em abril de 2019 e foi concretizada através da realização de 32 (trinta e duas) entrevistas semiestruturadas gravadas e da aplicação de 2 (dois) questionários, sendo que o trabalho de entrevistas e transcrição das mesmas foi conduzido pessoalmente pelo primeiro autor desse artigo. Cabe mencionar que 33 (trinta e três) entrevistados assinaram um termo legal autorizando a divulgação da sua identidade no presente estudo, possibilidade a qual decidimos não utilizar em função de se tratar de um tema complexo e controverso abordado por pessoas públicas.

A questão relativa à maior exposição às drogas em Foz do Iguazu e demais municípios da Trílice Fronteira foi levantada a partir da análise dos discursos do público alvo da pesquisa de campo, isto é, na visão dos entrevistados a respeito da cidade e região onde residem e exercem as suas atividades, alguns há quase 50 anos. Ressalte-se que todos esses cidadãos ocuparam ou ocupam uma função ou cargo em áreas que atuam diretamente no tema da drogadição, quer seja no Executivo (prefeito, ex-prefeitos, secretários ou diretores) ou representantes da sociedade civil (componentes de conselhos, comitês gestores e comunidades terapêuticas).

Enfatizamos ainda que, dentre os sujeitos da nossa pesquisa, encontram-se diversas

categorias de profissionais, tais como: professores, psicólogos, médicos, advogados, dentistas, psiquiatras, assistentes sociais, engenheiros, enfermeiros, agentes de segurança pública, líderes religiosos e comunitários, empresários etc.

Finalmente, destacamos que, para melhor compreensão das informações dividimos os sujeitos da pesquisa em quatro grupos, sendo assim identificados: Membros dos Conselhos Municipais sobre Drogas (MCM de 1 a 18), Gestores Públicos Municipais (GPM de 1 a 8), Membros do Comitê Gestor Municipal do Programa do Governo Federal *Crack, é possível vencer* (MCG de 1 a 4) e Profissionais do Tratamento e Recuperação (PTR de 1 a 4).

2. O CONTEXTO DA TRÍPLICE FRONTEIRA

A Tríplice Fronteira Brasil – Paraguai – Argentina encanta gentes de todas as partes. Turistas do mundo todo são atraídos pelas belezas naturais e artificiais. Brasil e Argentina compartilham as Cataratas do Iguaçu; maravilha da natureza. Brasil e Paraguai construíram a Usina Hidrelétrica de Itaipu; maravilha da engenharia. Este território transfronteiriço disponibiliza ainda diversos outros atrativos; comércio, cultura, gastronomia e jogos. Assim, por um lado: “A vida na fronteira mais dinâmica da América do Sul [...] representa uma oportunidade de encontros, confrontos, aproximações e contatos” (Derosso, 2018, p. 16). Por sua vez, Villa (2014) afirma que ao se observar o mapa da América do Sul, verifica-se que a região da Tríplice Fronteira apresenta uma característica que a diferencia das demais. “É uma zona, para usar uma expressão da geopolítica, de fronteiras vivas, em que existem três cidades contíguas de intenso intercâmbio comercial: Porto Iguaçu (Argentina), Foz do Iguaçu (Brasil) e Cidade do Leste (Paraguai)” (Villa, 2014, p. 360).

Todavia, conforme Aranda e Ovando (2018) “así como la frontera adquiere una dinámica de integración y cooperación, paralelamente demanda mayores dispositivos de control de la supervisión del transporte de mercancías legales e ilegales” (Aranda; Ovando, 2018, p. 75).

Assim sendo, nesta “fronteira aberta em seus fluxos” (Cury, 2010, p. 195) aportam não apenas as expectativas dos turistas; também outros sonhos são embalados no dito “Coração do Mercosul” que, longe dos olhos dos visitantes, se transforma, para tristeza de muitos, no (mal)dito “Corredor do Narcotráfico.” Neste cenário, mães veem seus projetos em relação aos filhos, juntamente com a ilusão da busca de prazer desses filhos, se converterem em pesadelos no momento em que adolescentes, jovens e, até mesmo crianças, se tornam escravos das drogas. Neste território de oportunidades, a busca do “dinheiro fácil” também encarcera muitos sonhos. Dessa forma, esperanças de vida melhor, nesta fronteira única, tem se transformado, há décadas, no pesadelo da dependência química, da prisão ou da morte violenta e prematura.

Essa dura realidade das drogas pode ser comprovada diariamente *in loco* nos hospitais, delegacias de polícia, presídios e, mais grave, no Instituto Médico Legal ou ainda através dos veículos de comunicação. O Jornal Gazeta do Iguaçu (2005) estampou em sua capa, a gravidade da situação: “DROGAS SÃO CAUSA DE 100% DOS CRIMES ENTRE OS JOVENS – Sistema carcerário de Foz do Iguaçu está superlotado de traficantes ou usuários. Autoridades de

segurança consideram crítico o quadro e pedem ajuda para salvar geração”.

Em função de se situar no citado “corredor do narcotráfico”, Foz do Iguaçu se torna porta de entrada para a maconha e o lança-perfume oriundos de países vizinhos e que se disseminam por diversos estados do Brasil. Também se constitui em rota de passagem para o crack e, mais especialmente, para a cocaína traficada da Colômbia e da Bolívia que se destina aos grandes centros urbanos brasileiros ou então à Europa, Ásia e outros países e regiões consumidoras.

Logo, a região como um todo sofre os impactos dessa dinâmica transfronteiriça, haja vista que os municípios limítrofes ao Brasil também estão expostos à violência praticada por brasileiros decorrente das atividades ilegais relacionadas principalmente à produção, comercialização e tráfico de drogas. De acordo com Troncoso Zúñiga (2017): “En América Latina, el tráfico de drogas es la principal manifestación de la criminalidad organizada. En esta región se produce el 100 % de la cocaína que se consume a nivel mundial” (Troncoso Zúñiga, 2017, p. 106).

Por conseguinte, dois reflexos advindos dessa dinâmica ocorrem de forma mais acentuada nesta confluência de países, quer sejam: a utilização de mão-de-obra local no narcotráfico - especialmente jovens - e o aumento do consumo de drogas devido à maior facilidade de acesso proporcionada por essa localização estratégica.

A questão das drogas em Foz do Iguaçu tem se demonstrado grave já há algumas décadas, conforme detectou Oliveira (1999) em seu estudo acerca do tema, no qual se apontou que 18,2% dos jovens da cidade já tinham experimentado algum tipo de droga ilícita, sendo que desses, 80,7% tiveram sua iniciação antes dos 18 anos de idade. Não se efetuaram novos estudos neste sentido, porém, pode-se depreender que durante esses últimos 20 anos a situação se agravou expressivamente.

Observa-se que as consequências desse processo se multiplicam em várias dimensões na vida da sociedade regional, materializando-se, principalmente, no aumento da violência manifesta de diversas formas, dentre elas: furtos, roubos, assaltos e homicídios. Outro custo social considerável ocorre no âmbito das famílias, haja vista que, anualmente, centenas de pais passam pelo doloroso momento de ter que visitar seus filhos na prisão ou, pior e mais grave, ter que sepultá-los.

Poder-se-ia até mesmo afirmar que nesta Tríplice Fronteira trava-se uma verdadeira “guerra das drogas” que tem como vítimas principalmente os segmentos mais vulneráveis da sociedade, ou seja, adolescentes e jovens das periferias.

Portanto, percebe-se que as comunidades locais, de um modo geral, e não apenas o Poder Público, pagam um alto preço em função dessa realidade, pois os gastos com segurança privada e a opção por condomínios fechados nas classes sociais mais elevadas, bem como a insegurança e o medo nos estratos sociais inferiores, onde as ruas ficam desertas e as casas fechadas já ao anoitecer, demonstram que, principalmente em Foz do Iguaçu, não se vivem tempos de paz.

Todavia, culpar as drogas como o único fator explicativo para a violência na região seria reducionismo, ingenuidade ou até mesmo má-fé, no entanto, não se pode negar que as mesmas se constituem na peça principal que compõe esse mosaico contrastante com as mais variadas

belezas naturais e artificiais que por aqui coexistem e que atraem anualmente milhões de visitantes do mundo todo.

Como também nos adverte Cury (2010) na conclusão do seu estudo sobre as Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI), nesta região, além das contradições e da miséria, “há outros problemas a serem resolvidos” e, dentre eles, encontram-se “o tráfico de drogas, de armas [...]” (Cury, 2010, p. 222).

Em seu estudo a respeito da Guerra ao Terror e outras “guerras” na América do Sul, Villa (2014) analisa o documento do Departamento de Estado dos Estados Unidos, *Patterns of Global Terrorism* (2001) e cita que, além das não comprovadas (no relatório de 2002) atividades da Al-Qaeda na Tríplice Fronteira, “[...] armas, tráfico de drogas, contrabando, documentos e fraude cambial, lavagem de dinheiro e produtos piratas tenham sido associados a esta região” (Villa, 2014, p. 365).

Destaque-se que, de acordo com Minayo e Deslandes (1998, p. 38), o tráfico se constitui no vínculo mais visível da relação drogas/violência em função de que essa violência é utilizada como “estratégia para disciplinar o mercado e os subordinados,” isto é, a disputa por territórios, os roubos de dinheiro e da própria droga, os desacordos acerca de preço, quantidade e qualidade das drogas são citados pelos autores como “pretextos e circunstâncias” geradoras das ações violentas entre vendedores e compradores. Logo, além das questões territoriais e de poder ligadas ao tráfico, muitos consumidores pagam suas dívidas com a própria vida.

Toledo; Gongora e Bastos (2017) utilizam um modelo tripartite para explicar o motivo pelo qual certos crimes estão associados ao consumo de drogas; esse modelo é composto pelos eixos: psicofarmacológico, compulsivo-econômico e aquele referente à violência sistêmica.

[...] violência sistêmica, estaria associada ao comércio ilegal de drogas, expresso na brutalidade presente nas disputas por território entre facções rivais de traficantes, confronto com policiais e outros meios e modos hostis de impor “normas” e subtrair territórios à comunidade, com punições severas às pessoas que as descumprem, como, por exemplo, dever dinheiro ou mercadorias à boca de fumo/traficantes etc (Toledo; Gongora; Bastos, 2017, p. 34).

Assim sendo, este jogo de forças e estas disputas por território no submundo das drogas nos reportam às considerações de Raffestin (1993, p. 269): “Os fatos do mundo, as lutas das minorias, o tráfico de recursos, a marginalização [...] são outras tantas relações de poder”. Agrega-se a essa realidade o fato de que, nos países da Tríplice Fronteira, dentre os modelos de enfrentamento às drogas, adota-se o proibicionismo, de forma que a repressão e, novamente, estas relações de poder, especificamente, entre Estado/sociedade civil, denotam ainda mais o fascismo do “apartheid social”, isto é, “a segregação social dos excluídos por meio de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas” (Sousa Santos, 2007, p. 80), tendo em vista que a situação é mais grave no Brasil, pois “[...] as principais vítimas da guerra ao tráfico são os usuários pobres, negros e vivendo nos bairros mais desfavorecidos das grandes cidades” (Andrade, 2011, p. 4672).

Da mesma forma, especificamente no Brasil, Cerqueira et al. (2019) destacam que o Atlas da Violência (2019) também denuncia este processo histórico discriminatório - homicídios/raça e

cor - ao apontar a existência de um:

[...] padrão de vitimização por raça/cor, que indica superioridade dos homicídios entre os homens e mulheres negro(a)s (pretos e pardos), em relação a homens e mulheres não negros, chegando a 73,1% para homens e de 63,4% para as mulheres negras (Cerqueira, *et al.*, 2019, p. 71).

Em seu trabalho relativo aos homicídios de adolescentes e jovens no Estado do Paraná entre os anos de 2002 e 2004, Andrade *et al.* (2011) realizaram um estudo sobre a interiorização desses crimes, principalmente em Guaíra e Foz do Iguaçu “[...] dois municípios localizados na fronteira com o Paraguai, sendo o último já destacado por Waiselfisz¹⁹ como a localidade com a mais elevada taxa nacional de homicídio juvenil” (Andrade, *et al.*, 2011, p. 1286).

Por seu turno, Naím (2006) *apud* Villa (2014) afirma que a região trinacional “seria um dos maiores centros de atividades de grupos criminosos internacionais que se dedicam a comercializar ilícitos transnacionais”.

[...] uma dessas cidades “além da lei” é Cidade do Leste, cidade do Paraguai de 300 mil habitantes na Trílice Fronteira com o Brasil e a Argentina. Graças a essa posição privilegiada, transformou-se em um grande ponto de encontro para contrabandistas de todos os tipos. Cidade do Leste é uma encruzilhada para virtualmente todo tipo de comércio ilícito (...). Mas o que verdadeiramente torna o lugar um centro importante é o dinheiro das drogas: as receitas da cocaína, vindas dos países andinos, das quais todos os outros comércios – assistidos pelos 56 bancos existentes na cidade – lançam mão para reciclar (Naím, 2006, pp. 135-136 *apud* Villa, 2014, pp. 362, 363).

A constatação acerca da falência do modelo repressivo da “guerra às drogas” pode ser ainda observada no relatório produzido pela Comissão Latino Americana sobre Drogas e Democracia no qual se observa a ineficácia das políticas proibicionistas alicerçadas na repressão ao tráfico e na criminalização do consumo. Comprova-se, portanto, a necessidade de uma visão mais ampla acerca das intervenções a serem levadas a efeito nessa área.

Portanto, a vida na região da Trílice Fronteira implica maior vulnerabilidade à família e à sociedade em geral, quer seja na facilidade de acesso às drogas, no recrutamento para o narcotráfico ou na violência gerada neste processo. Dessa forma, ressalta-se a necessidade de atenção mais especial por parte do Estado, nos três países e conjuntamente, no que concerne ao efetivo enfrentamento do problema através de ações e políticas públicas, pois conforme destaca Souza (2009): “Ocorre que o Estado também pode estar ausente, ser omissivo ou conivente. Um aspecto que remete esta situação é o narcotráfico na fronteira do Brasil com o Paraguai” (Souza, 2009, p. 107). Por sua vez, Bourdieu (1996) nos alerta acerca dessa ausência, omissão ou conivência do Estado, pois “quando se trata do Estado, nunca duvidamos demais” (Bourdieu, 1996, p. 92).

3. PESQUISA DE CAMPO: DESCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS E ANÁLISE DO DISCURSO

Como especificado na introdução, a análise do problema central do artigo foi feita através da realização de entrevistas, cujos sujeitos da pesquisa foram divididos em quatro grupos, assim

identificados: Membros dos Conselhos Municipais sobre Drogas (MCM de 1 a 18), Gestores Públicos Municipais (GPM de 1 a 8), Membros do Comitê Gestor Municipal do Programa do Governo Federal *Crack, é possível vencer* (MCG de 1 a 4) e Profissionais do Tratamento e Recuperação (PTR de 1 a 4).

Pode-se realçar que, desde o primeiro discurso analisado, ficou evidenciada a questão da localização geográfica de Foz do Iguaçu, numa região de tríplice fronteira, como um dos fatores determinantes para os altos índices do uso e dependência de drogas, do tráfico e da consequente violência urbana.

Questionado sobre a necessidade e a importância da existência de um conselho específico para tratar das políticas públicas sobre drogas em Foz do Iguaçu, MCM-5 sobreleva este aspecto particular do município e o desafio de se trabalhar essa questão não apenas em nível local:

Nós temos uma característica muito específica; essa nossa localização de fronteira traz uma série de peculiaridades que não se encontram em outros estados, em outras cidades; o acesso a alguns tipos de drogas aqui é muito fácil, então assim, são questões que você não consegue tratar só no âmbito do município. Você precisa tratar de questões que são transnacionais nessa área; você tem que discutir, às vezes, com o Paraguai, com a Argentina conjuntamente, então isso traz toda uma complexidade pra essa questão das drogas (MCM-5).

Confirmando esse entendimento, MCM-2 assegura que a existência de Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (COMUD) é “de extrema importância, considerando toda a questão da fronteira, da tríplice fronteira.” Na mesma linha de raciocínio, MCM-6 também manifestou seu ponto de vista: “Por que nós temos problema de fronteira [...]” MCM-9 observa que, em função da fronteira e dos ciclos pelos quais Foz do Iguaçu passou, a exemplo do término da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, entre outros, a problemática da drogadição tem se agravado ao longo dos tempos e se faz extremamente importante o trabalho desenvolvido pelos conselhos sobre drogas:

[...] principalmente por que nós moramos numa área de fronteira. Morando numa área de fronteira, com a questão da Itaipu [...] com várias questões, nós percebemos que o problema só aumenta. Tem a questão do fluxo muito grande de entrada e saída de pessoas de vários locais e aí aumenta, com certeza, a questão da drogadição, da prostituição. Fica muito acessível a questão das crianças e adolescentes que necessitam de uma política pública voltada para a educação, para a saúde, para a orientação [...] (MCM-9).

MCM-7 relata que realizou um trabalho na área da assistência psicossocial de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em Foz do Iguaçu no qual traçava um perfil dos mesmos. Revela o entrevistado ter detectado que o uso de drogas pesadas foi encontrado numa fase de evolução muito rápida em crianças, sendo que elas as usavam substâncias psicoativas já a partir dos sete anos de vida; algo que não se via na literatura nacional, nem na literatura mundial. MCM-7 atribui essa situação à falta de estrutura do município:

Uma estrutura de uma cidade que não foi preparada; teve uma problemática depois do término da construção da obra da Itaipu onde teve muito desmantelamento social e isso fez

com que nossos adolescentes ficassem muito à mercê do trabalho informal e, com isso, muito fácil, da parte desses adolescentes serem absorvidos pelo tráfico (MCM-7).

A vulnerabilidade de fronteira e os ciclos pelos quais a cidade passou geram reflexos na drogadição que, segundo GPM-8, não ocorre apenas nas classes mais baixas da população, pois historicamente se verifica um crescimento tanto na classe média quanto nas camadas altas da sociedade, ou seja, “há um certo processo de banalização do uso de drogas.” Sob uma visão mais ampla, no caso específico de Foz do Iguaçu, GPM-8 considera que:

Foz do Iguaçu também tem uma vulnerabilidade social maior pela sua história, uma história onde nós temos o índice de pobreza, o índice de pessoas vivendo à margem da sociedade até maior do que em outros municípios do Paraná. Isso se dá em função do processo histórico de formação da cidade, dos ciclos econômicos que terminaram sucumbindo e cada vez que sucumbe um ciclo econômico, fica muita gente à margem da sociedade e terminam muitas pessoas enveredando por um caminho de buscar soluções fáceis, às vezes, através da própria droga, sendo um agente de venda e, às vezes, também de consumo; ambiente favorável para um aumento da drogadição em nosso município (GPM-8).

Residente em Foz do Iguaçu desde 1991, MCM-16 alega jamais ter visto tanta droga como vê hoje e expressa a sua inquietação até mesmo com a criação dos próprios filhos, devido à grande facilidade de acesso aos entorpecentes que ocorre na cidade, de forma que a preocupação com a dependência química está deixando os pais com uma “dúvida muito cruel” e conclui: “[...] como aqui em Foz do Iguaçu, fronteira com dois países, a nossa dificuldade é muito grande [...] nós somos trílice fronteira; é uma situação bem difícil.” Da mesma forma, manifestasse GPM-8.

Eu acredito que nós temos uma região propícia até para o agravamento dessa situação das drogas. Propícia porque nós estamos próximos de um mercado produtor, nós estamos próximos de um mercado de circulação de todo tipo de droga, não é apenas a que é produzida aqui no país vizinho, mas a que circula nos países aqui da fronteira. Então, tem uma facilidade de acesso muito maior que em outros locais (GPM-8).

Por sua vez, GPM-4 se coloca contrariamente à extinção da secretaria específica que tratava da questão das drogas no município e, na sequência de sua fala, sugere a recriação da mesma em função de que Foz do Iguaçu se trata de uma cidade diferenciada das demais no Estado do Paraná.

Nós somos uma cidade de fronteira atípica, onde o tráfico de armas e o tráfico de drogas é muito intenso em Foz do Iguaçu. Os nossos jovens começam a dependência química muito cedo com drogas pesadas [...] e esses jovens estão com problemas com relação às sequelas dessa doença; é muito importante, muito cedo. Então, por essa atipia dessa fronteira [...] (GPM-4).

Essa atipicidade de Foz do Iguaçu pode ser novamente comprovada no relato de GPM-7 que tenta esboçar a trajetória de muitas crianças e pré-adolescentes de determinadas comunidades que são iniciados no tráfico e na conseqüente dependência de drogas por conta dessa particularidade fronteira. Conforme GPM-7, isso ocorre, muitas vezes, à revelia da

escolha desses menores de idade.

Geralmente, o menino lá de 6, 7, 8 anos de idade não é chamado num primeiro momento pra ir para o mundo das drogas; ele é chamado, muitas vezes, inclusive de forma forçada, na sua casa aqui em determinadas regiões da cidade, para ir 3, 4, 5 da manhã, carregar mercadoria na barranca do rio; pela sua capacidade, ele é pequeno, muitas vezes é menos fácil de ser identificado [...] e ali ele começa, esse menino começa ali; se ele estuda de manhã e ele ficou lá fazendo isso das 4 às 6, 7 da manhã, que força ele tem pra ir pra escola? Quando ele não vai pra escola, ele vai ter um impacto na evasão. Quando esse menino desiste disso, desse caminho, vai construindo o caminho dele até ele chegar ao universo das drogas e da dependência química (GPM-7).

Percebe-se que o final da fala de GPM-7 revela uma prática cotidiana em determinadas regiões da cidade e busca estabelecer uma relação entre o tráfico de drogas e a iniciação ao uso das mesmas.

Especialista na área de tratamento da dependência de substâncias psicoativas, PTR-3 expõe suas considerações com um viés mais voltado para sua área de atuação, entretanto, além de apontar as deficiências nos serviços de atendimento no setor, não se furta em tecer comentários assertivos acerca das vulnerabilidades locais no que diz respeito ao tráfico de drogas e da expressiva circulação das mesmas na região.

Nós que moramos numa região de fronteira, que estamos aqui ao lado de países onde a droga corre solta. Nós sabemos que o país vizinho aqui é passagem da droga que vai abastecer São Paulo, Rio de Janeiro e outras grandes capitais e outras grandes metrópoles. Nós temos que criar um serviço, um serviço onde se possa dar um tratamento, todo o tratamento requerido. E digo mais, com uma equipe multidisciplinar, cada qual desempenhando a sua função em benefício desse paciente. Isso que se faz necessário e urgente: que a gente trate uma região como a nossa de fronteira onde a droga corre solta, a droga corre solta, pela facilidade em obter a droga. Eu acho que temos que criar um serviço de atendimento, até para dar exemplo para o Brasil de como a gente, nós que moramos na fronteira, nós que somos responsáveis, sabemos da livre demanda da droga, nós quisemos dar um exemplo de criar um serviço que fosse modelo para o Brasil (PTR-3).

A questão da dinâmica fronteiriça e suas interfaces com as drogas se demonstra tão recorrente nas falas dos entrevistados que, por exemplo, quando foi solicitado a GPM-7 que manifestasse seu posicionamento a respeito da extinção e perspectivas de recriação de uma secretaria específica sobre drogas, o mesmo embasou sua argumentação evocando, a importância do trabalho de transversalização das políticas públicas sobre drogas por dentro de diversas outras secretarias, tendo em vista que:

Nós moramos numa região de fronteira, nós sabemos que... óbvio que vários lugares têm...quase todas as cidades têm uma relação com o problema que envolve a drogadição, mas aqui nós temos particularidades; o fato do acesso fácil aos dois países vizinhos que nós temos; Argentina e Paraguai. De maneira mais específica, um controle de pessoas muito pequeno, quase inexistente, que é o acesso ao Paraguai e ali, assim como aqui, você tem o acesso muito fácil a um conjunto de substâncias psicoativas que geram dependência, enfim, drogas lícitas e ilícitas (GPM-7).

Ao ser questionado também sobre o mesmo assunto; a importância da existência de uma

secretaria municipal específica para articular e coordenar as políticas públicas sobre drogas no Município de Foz do Iguaçu, GPM-2 aponta para uma situação que se instalou na região e revela informações contundentes relativas à produção e ao tráfico de drogas:

A questão é que Foz sempre foi uma cidade com muitos problemas de drogas em virtude de ser fronteira com o Paraguai. [...] pela magnitude do problema das drogas em Foz do Iguaçu que na época, inclusive, era uma das cidades entre as mais violentas do Brasil em função da fronteira aqui com o Paraguai. Porque, em 2002, quando o Fernando Henrique Cardoso¹ promulgou a Lei do Abate, ele autorizou que todos os aviões da FAB derrubassem qualquer avião que estivesse sobre nosso espaço aéreo sem identificação, os traficantes fizeram no Paraguai sua base operacional, compraram fazendas ali e começaram a plantar maconha e trazer cocaína e crack dos países andinos e atravessar para o Brasil por via terrestre. Todas as regiões de fronteira Brasil - Paraguai se tornaram as mais violentas do Brasil. Então, naquela época, inclusive, Foz estava entre as dez cidades mais violentas do Brasil (GPM-2).

De acordo com o anteriormente registrado, nosso trabalho de campo consistiu basicamente na realização de entrevistas, assim, por se tratar de uma pesquisa semiestruturada, geralmente, ao final das nossas perguntas e diálogo com os entrevistados, abríamos um espaço para que o participante pudesse se expressar absolutamente por vontade própria a respeito do que acreditasse ser mais importante, pertinente ou digno de registro sobre a temática em estudo, isto é, constituía-se um espaço para a livre manifestação de ideias sem qualquer interferência da parte do pesquisador.

Destacamos essa dinâmica, pois foi exatamente nessas circunstâncias que MCM-3 nos apresentou a seguinte contribuição em que denota o quanto a localização geográfica de Foz do Iguaçu torna os seus cidadãos mais susceptíveis ao ingresso no tráfico de drogas:

Eu trabalho com essa área; eu trabalhei vinte anos na área criminal e me envolvi muito com essas coisas de drogas. A droga destrói uma família, destrói a sociedade. E a diferença que eu vejo ao longo dos anos 90, de 1997 para cá até 2019, hoje, ela tomou uma proporção, mas uma proporção que eu não sei se tem volta. Por que quando se trabalhava com um preso, antes de 97, era fácil, hoje, quando se trabalha com um preso que é traficante, ele tem um poder tão grande que você não consegue mais fazer nada. Tudo o que você faça, o conselho que você dá para aquilo que ele tem que fazer não adianta mais; não é aceito. E a reincidência nessa área do tráfico de drogas eu acredito que hoje passa de 95%, pela rentabilidade que tem; não tem trabalho. A rentabilidade no tráfico de drogas é uma coisa estrondosa; se ganha 10 mil num transporte daqui a Curitiba quando se vai levar 10 meses se for ganhar um salário mínimo. Isso é uma grande preocupação (MCM-3).

O entrevistado seguinte, GPM-3, ao discorrer em acerca dos desafios à atuação encontrados na época pela Secretaria Municipal Antidrogas, justifica: “Nós sabemos que em nossa região de fronteira, infelizmente, o crime organizado está instalado aqui. E a recrutação de jovens, menores, adolescentes para atuar no crime organizado é muito grande.” Por seu turno, MCG-2 explicita o principal obstáculo em se enfrentar o crack em Foz do Iguaçu: [...] por que é uma cidade de fronteira, né? A dificuldade é bem maior que em outros municípios.” Em seguida, MCG-4 também analisa a questão do crack e os reflexos da dependência dessa substância

¹ Presidente da República do Brasil por dois mandatos de 1995 a 2003.

psicoativa na sociedade em região de fronteira, no que se refere à violência, às prisões e ao sofrimento das famílias.

Em Foz do Iguaçu, o enfrentamento ao crack é um sério desafio ao poder público e à sociedade já que estamos numa região de fronteira o que faz com que essa droga, bem como outras, esteja mais acessível em quantidade e preço. Isso gera vários problemas sociais, pois atrai usuários também de outras cidades e regiões e, assim, aumentam a insegurança e a violência em Foz do Iguaçu; são muitos homicídios, roubos, assaltos, apreensões de drogas e prisões por envolvimento com o tráfico; e o que é mais triste, principalmente para as famílias, nisso tudo: a maioria absoluta dessas ocorrências envolve adolescentes (menores de idade) e jovens (MCM-9).

Em nosso estudo, houve relatos que legitimam a fala de MCG-4 acerca de dependentes de drogas que se deslocam de outras cidades e regiões para Foz do Iguaçu em decorrência das facilidades em manter o vício. No seu discurso, MCM-3 conta uma das suas experiências:

Eu mesmo participei de várias ações em campo em que eu entrevistava essas pessoas informalmente: “Mas por que você está aqui? Você é de Campo Mourão?”² “Sim, eu sou de Campo Mourão.” “Você tem profissão?” “Sim, tenho.” “Mas o que você sabe fazer?” “Ah, relojoeiro.” Isso me chamou muito a atenção; trabalhava em relojoaria. A profissão de relojoeiro é uma profissão que não é muito comum; é uma profissão de poucas pessoas porque demanda conhecimento, uma concentração diferenciada. “Mas por que você veio para Foz?” “Ah, eu comecei a usar droga e eu conheci o crack e o crack era uma droga mais barata e na minha cidade uma pedra de crack custa 15 reais e em Foz do Iguaçu ela custa 5. Então, pra mim era muito mais viável eu vir para Foz do Iguaçu por que aqui eu conseguia manter meu vício de uma maneira mais barata, mas eu não consegui emprego, acabei vindo para a rua e estou aqui hoje” (MCM-3).

Nas falas dos profissionais ligados ao tratamento de dependentes de substâncias psicoativas que participaram da nossa pesquisa, também foram relatadas as complicações enfrentadas nessa área de atuação em função de que ocorrem a Foz do Iguaçu pessoas oriundas de outras cidades da região e até mesmo de países vizinhos o que, por sua vez, torna ainda mais complexo esse serviço já amplamente deficitário no município. PTR-1 nos esclarece:

Estamos em tríplice fronteira, com aduanas abertas por que entram pessoas do Paraguai, entram pessoas da Argentina. Que houvesse um controle social melhor, pois quando eles estão aqui não se tem o que fazer, são seres humanos; não tem como negar essa ajuda. Nós nos deparamos em dificuldades com pessoas que estão sem documento, alguns até empenham seus documentos na boca pela droga, enfim, não tem nem como ir lá resgatar, são argentinos, são paraguaios [...] (PTR-1).

Com essa fala, PTR-1 parece exemplifica o quanto é grave essa situação instalada na fronteira. Todavia, PTR-4 aprofunda ainda mais essa questão ao discorrer a respeito da precariedade da rede de tratamento. Entende, o entrevistado, que a oferta de vagas para atender à demanda por tratamento é muito aquém da necessária, tendo em vista também que são atendidas pessoas originárias de outros municípios e também de países fronteiriços:

² Município paranaense situado a 315 km de Foz do Iguaçu. População cerca de 95.000 habitantes.

Eu penso que hoje, pela população³ de Foz do Iguaçu, uma instituição só, uma comunidade terapêutica para Foz do Iguaçu, pelo montante de dependentes químicos que nós temos, é muito pouco. Tem as casas de passagem, mas, infelizmente...tem o CAPS que é para redução de danos, mas não é uma comunidade terapêutica. Eu penso assim: para Foz do Iguaçu, uma comunidade terapêutica só é muito pouco. Infelizmente, a gente sabe que vêm pessoas do Paraguai, vêm pessoas da Argentina, vêm pessoas de Santa Terezinha, de Medianeira. Então assim; infelizmente, a gente não trabalha a dependência química só em Foz do Iguaçu e sim, na região (PTR-4).

Quando a questão das drogas é analisada sob o prisma da segurança pública, da mesma forma, percebe-se a ênfase dada à localização fronteiriça e à necessidade da repressão ao tráfico. MCG-3, especialista na área, advoga que “...nós temos que atuar no problema com várias frentes; nós temos a repressão, mas nós temos que olhar para a fronteira [...] colocar mais policiais, fazer mais ações de inteligência e reprimir o tráfico.” Na defesa dessa tese, o entrevistado argumenta que a política sobre drogas tem que ser focada, principalmente, em regiões de fronteira, em regiões em que, por estatística, por apreensões, informações tabuladas, sabe-se que o tráfico de drogas é muito forte, a exemplo de fronteiras como Foz do Iguaçu. Na sequência de sua fala, MCG-3 explica as razões pelas quais defende que os investimentos prioritários do Governo Federal no combate ao tráfico e à disseminação de drogas pelo país devem ser mais concentrados em regiões de fronteira:

[...] estamos em região de fronteira. Vamos falar da repressão; se um órgão da segurança pública em Foz do Iguaçu faz uma apreensão de 500 quilos de maconha, vamos colocar assim, nós vamos demandar uma equipe com 3 ou 4 policiais, certo? E nós tiramos de circulação 500 quilos de droga. Se esses mesmos 500 quilos de droga chegarem, por exemplo, a uma comunidade do Rio de Janeiro e isso foi pulverizado na comunidade, nós vamos precisar de uma operação com 3 mil policiais. Nós vamos perder vidas humanas nessa ação, então, isso vai ter um custo para o Estado muito maior, nós vamos ter perdas de vidas humanas e isso é terrível (MCG-3).

Entretanto, mesmo sem negar a importância da repressão, um dos entrevistados, MCM-8 aponta em outra direção e agrega uma reflexão a mais ao debate: “Nós estamos numa cidade de fronteira; a repressão precisa existir, mas a gente precisa olhar a questão da droga como uma questão de saúde pública.”

Finalmente, trazemos as contribuições de MCM-13 que apresenta a preocupação com a necessidade da realização de estudos prévios da realidade local com vistas à efetividade das políticas públicas sobre drogas a serem implementadas no município, especialmente, pelo mesmo estar localizado em região de fronteira:

Nós precisamos da pesquisa para fazer um levantamento do que está acontecendo; “o que acontece aqui em Foz, o que acontece aqui nos municípios fronteiriços, nos outros países?” A gente precisa desse tipo de pesquisa para pensar em políticas públicas que vão atender diretamente aquilo; se a gente não fez pesquisas, a gente pode até querer falar: “ah, vamos fazer tal coisa e tal coisa”. Mas, isso não vai trabalhar o problema efetivo aqui. A gente

³ População 2010: 256.088 habitantes. População Estimada para 2018: 258.823 habitantes
Fonte: IBGE, Censo 2010. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/panorama> > Acesso em: 06 jan. 2020.

precisa de um mapeamento, de um diagnóstico da região pra gente poder pensar em políticas públicas. Não adianta eu ir lá no Rio Grande do Sul e achar que o que funciona lá vai funcionar aqui. Isso por que cada cidade é uma cidade, cada região é uma região e a gente precisa de um diagnóstico da região aqui específica, muito específica ainda por que é a fronteira. Então, a gente precisa de um estudo daqui para pensar em políticas públicas daqui (MCM-13).

Assim, na medida em que fomos analisando e entendendo os discursos, pudemos perceber o quanto se encontra presente e amplamente justificada essa percepção relativa à fronteira, haja vista que, embora, muitas vezes, nossas perguntas se referissem a outras facetas da problemática das drogas, via de regra, as respostas dos entrevistados perpassavam pela questão da localização geográfica de Foz do Iguaçu. Essa visão acerca da gravidade do problema no município se materializa, mais uma vez, na fala de MCM-4: “[...] tendo em vista a quantidade de ‘drogaditos’ que a gente vê na rua”. Também na constatação de MCM-8: “Eu vejo que em Foz do Iguaçu a gente tem muitas pessoas fazendo uso de drogas de uma maneira muito intensa”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conseguinte, devido às causas, às dimensões e aos reflexos da drogadição nas mais diversas esferas da vida na Tríplice Fronteira Brasil – Argentina – Paraguai, destacamos que as políticas públicas devem ser trabalhadas de forma coordenada e conjuntamente pelos três países em duas frentes de atuação com relação às drogas, quer sejam na repressão – tendo em vista que Brasil, Paraguai e Argentina adotam, sobretudo, o proibicionismo enquanto modelo de enfrentamento às drogas e também no âmbito do tratamento e recuperação de dependentes químicos – haja vista não existir fronteira para o consumo. Destacamos, neste sentido, a importância de se reforçarem as políticas de redução de danos e de apoio ao funcionamento das comunidades terapêuticas.

Todavia, entendemos que as ações e políticas públicas mais importantes se situam no campo da prevenção, tendo como público alvo as crianças e os adolescentes. Salientamos ainda que a prevenção ao uso indevido de drogas lícitas e ilícitas deve ocorrer inserida, em especial, no sistema de ensino de cada país, na prática do seu processo pedagógico, pois o âmbito escolar se constitui no ambiente e mais eficaz, tendo em vista que atinge um público alvo em cuja faixa etária se verifica a maior vulnerabilidade aos comportamentos de risco e às condutas antissociais.

Finalmente enfatizamos que, apesar de estudarmos a Tríplice Fronteira como um território onde a violência causada pelas drogas se manifesta de forma mais acentuada, repudiamos, em consonância com o pensamento de Montenegro & Béliveau (2006), a forma estereotipada com que, muitas vezes, repercutindo o pensamento imperialista norteamericano, órgãos oficiais e a imprensa tratam e retratam a região como uma “terra sem lei”.

REFERÊNCIAS

- Andrade, S. M.; Soares, D. A.; Souza, R. K. T.; Matsuo, T.; Souza, H. D (2011). Homicídios de homens de quinze a 29 anos e fatores relacionados no estado do Paraná, de 2002 a 2004. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, vol.16 supl.1, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://scielosp.org/article/csc/2011.v16suppl1/1281-1288/>. Acesso em: 31 dez. 2019.
- Andrade, T. M (2011). Reflexões sobre Políticas de Drogas no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 16(12), Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n12/15.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2019.
- Aranda, G.; Ovando, C (2018). Nociones de seguridad y control en el plan frontera norte: una expresión de teichopolítica. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, Bogotá (Colombia). Vol. 13 N.º 1 - Enero-junio, 67-92. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/ries/v13n1/1909-3063-ries-13-01-00067.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2019.
- Bourdieu, P (1996). Espírito de Estado. Gênese e estrutura do campo burocrático. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9 ed. Campinas: Papius.
- Cerqueira, D. *et al.* (2019). **Atlas da Violência – 2019**/ Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo. ISBN 978-85-67450-14-8. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 31 dez. 2019.
- Cury, M. J. F (2010). **Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI)**: interconexões, interdependências, interpenetrações nas cidades da Tríplice Fronteira de Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR). Pesquisa defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24222/tese-territorialidadestransfronteiricasdoiguassu-maurojoseferreiracury07-07-2010.pdf?sequence=1>. Acesso em: 31 dez. 2019.
- Derosso, G. S (2018). **Vivências nas territorialidades transfronteiriças do Iguassu (TTI)**. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Centro de Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE. Foz do Iguaçu. Disponível em: http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3940/5/Giuliano_Silveira_Derosso_2018.pdf. Acesso em: 31 dez. 2019.
- Duvicq, C. G. F.; Pereira, N. R.; Carvalho, A. M. P (2004). Consumo de drogas lícitas e ilícitas em escolares y factores de protección y riesgo. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Nº 12, p. 345-351, março-abril. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/26392042>. Acesso em: 31 dez. 2019.
- Gazeta do Iguaçu (2005), **Jornal**, nº 5.115, ano 17, 04 de agosto.
- GPM – **Gestores Públicos Municipais de 1 até 8** (2019). Pesquisa de campo realizada no primeiro semestre.
- MCM – **Membros dos Conselhos Municipais sobre Drogas de 1 até 18** (2019). Pesquisa de campo realizada no primeiro semestre.
- MCG – **Membros do Comitê Gestor Municipal do Programa do Governo Federal Crack, é possível vencer de 1 até 4** (2019). Pesquisa de campo realizada no primeiro semestre.
- Minayo, M. C. S; Deslandes, S. F (1998). A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 14(1):35-42, jan-mar. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v14n1/0123.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2019.

Montenegro, S.; Béliveau, V. G (2006). **La Triple Frontera: Globalización y construcción social del espacio**. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores.

Oliveira, S. P (1999). **Inimigo Público Nº 1** (A realidade das drogas em Foz do Iguaçu). Edição Independente. Foz do Iguaçu.

Oliveira, S. P (2019). **Políticas Públicas sobre Drogas em Foz do Iguaçu-PR**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/123456789/5080>. Acesso em: 01 jan. 2020.

Raffestin, C (1993). **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática.

Sousa Santos, B (2007). Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 78. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2019.

Souza, E. B. C. de (2009). Tríplice Fronteira: fluxos da região Oeste do Paraná com o Paraguai e Argentina. *In: Terr@Plural*. v.3, n.1, p. 103-116. Ponta Grossa. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/1198/906>. Acesso em: 31 dez. 2019.

Toledo, L; Gongora, A; Bastos, F. I. P. M (2017). **À margem: uso de crack, desvio, criminalização e exclusão social** – uma revisão narrativa. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2017, vol.22, n.1, pp.31-42. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n1/1413-8123-csc-22-01-0031.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2020.

Troncoso Zúñiga, V (2017). Narcotráfico y el desafío a la seguridad en la triple frontera andina. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, Vol.12 nº1, Bogotá. Jan./June, pp. 103-130.

Villa, R. D (2014). O Paradoxo da Macrosecuritização: Quando a Guerra ao Terror não Securitiza Outras “Guerras” na América do Sul. **Revista Contexto Internacional**, vol.36 no.2 Rio de Janeiro July/Dec. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v36n2/0102-8529-cint-36-02-0349.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2019.